

Brief Papers nº5/98, CEsa, Lisboa, 1998

A Questão da Origem dos Angolares de São Tomé*

por
Gerhard Seibert
CNWS, Universidade de Leiden

Os trabalhos reproduzidos nesta série são da exclusiva responsabilidade dos seus autores. O CEsa não confirma nem infirma quaisquer opiniões neles expressas.

Pretendemos fazer uma interpretação desapassionada e imparcial, isenta de qualquer carga nacionalista, deste capítulo da história de São Tomé. Sobre a origem dos Angolares existem pelo menos três hipóteses diferentes.

A mais antiga e a mais divulgada diz que os Angolares são descendentes dos sobreviventes de um navio de escravos vindo de Angola, naufragado na costa sul da ilha em meados do século XVI. A segunda hipótese afirma que os Angolares já estavam presentes quando os portugueses chegaram, pois são descendentes de um povo Bantu com grandes habilidades marítimas que vieram a São Tomé com as suas próprias canoas. Segundo a terceira hipótese, os Angolares nem são descendentes de náufragos, nem se trata de população autóctone da ilha; antes devem ser descendentes de Cimarrones, escravos fugidos das primeiras plantações de cana-de-açúcar a partir do século XVI. Antes de abordar consecutivamente as três hipóteses, gostaríamos de apresentar alguns dados sobre os Angolares.

OS ANGOLARES

Segundo a maioria dos autores, os Angolares teriam saído do mato pela primeira vez em 1574, trinta anos após o alegado naufrágio, quando começaram a assaltar as plantações e a própria cidade. Muitos autores sublinham que os seus consecutivos assaltos visaram sobretudo o rapto de mulheres. Atribuem aos assaltos e saques dos Angolares um factor importante do colapso da indústria de açúcar em São Tomé no século XVII.

Alguns até afirmam que o lendário Rei Amador, líder da grande revolta dos escravos em 1595, e os seus companheiros eram Angolares (Tenreiro 1961: 73), mas segundo os antigos documentos e crónicas, não há dúvidas de que foram escravos das fazendas. A última guerra entre moradores e Angolares ocorreu em 1693, quando foram vencidos pelo capitão de mato Mateus Pires e aceitaram um acordo de tréguas com os colonos que sempre cumpriram. Depois da sua derrota ficaram nos seus terrenos, onde “nenhum estranho se aventurava a entrar, sob pena de não sair com vida” (Almeida 1962: 10).

O seu isolamento era possível graças à inacessibilidade do seu terreno e ao declínio económico e demográfico da ilha durante os séculos XVII a XVIII (Dias e Diniz 1988: 53). Os Angolares viveram uma certa autonomia sob o comando do seu capitão. O governo colonial limitou-se a apelidá-lo de regedor (Dias e Diniz 1988: 55). Ele desempenhou funções governativas e jurídicas, dispondo duma tropa formada por tenentes e alferes.

A partir de 1850 párocos foram enviados para a Freguesia de Santa Cruz dos Angolares, criada em 1848. Foi o primeiro passo da sua submissão à soberania do governo português. Em 1878 a sua aldeia Angué (Santa Cruz), no sul de São Tomé, foi ocupada por um destacamento de 27 militares portugueses, a fim de subordiná-los à autoridade do governo colonial. Este agiu no interesse dos colonos portugueses, que pretendiam estabelecer plantações no inexplorado sul da ilha.

Em 1880, Francisco Stokler (Revista da Sociedade de Geografia, citado por Ceita 1991: 10), um forro, escreve sobre os Angolares: “O Angolar... odeia tudo quanto provenha das autoridades legítimas constituídas. Aos brancos dão o nome pouco simpático de flamengo, aos indígenas, apesar de serem da sua cor, concedem o nome injurioso de Támedê...”. Porém, a apropriação do seu território pelos roceiros não provocou graves conflitos, pois ela não resultou numa mudança radical da sua vida económica, principalmente dedicada à pesca (Dias e Diniz 1988: 69).

Os Angolares trocavam o seu peixe nas roças por bananas, panos de algodão, machins e porcos novos. Além disso dedicavam-se ao fabrico de sal marinho, faziam tábuas cortadas com os seus machins que vendiam na cidade, junto com peixe, porcos, produtos alimentares, chapéus de folha de palmeira, cordas, gamelas de pau e outros utensílios confeccionados.

Como os forros, os Angolares recusaram o trabalho em regime de contrato nas plantações dos colonos, mas aceitaram lá trabalhos executados à tarefa, como derrubar e cortar árvores, a capina e limpeza de palmeiras ou o transporte marítimo das roças para a cidade com as suas canoas cujas dimensões atingiam mais do que vinte metros de comprimento (Greef 1882). Naquela altura não havia estradas no sul da ilha e as comunicações eram feitas pelo mar.

A ocupação trouxe estranhos ao seu território, enquanto os próprios Angolares começaram a entrar em contacto directo com os outros grupos sociais da ilha (Gonçalves 1973:79). Enquanto que antigamente os Angolares tinham observado a endogamia, naquela altura as suas mulheres começaram a aceitar entrar em uniões com forros, mas rejeitaram relacionar-se com os contratados nas roças.

A maioria dos autores afirma que, ao contrário dos forros, que são polígamos, os Angolares são predominantemente monógamos, mas com a excepção de homens destacados (Greef 1882, Gonçalves 1973: 79). Apenas Almeida (1956b: 22) diz que a sua organização familiar é predominantemente poligínica. Em 1895, cerca de 2.000 Angolares viviam na Freguesia de Santa Cruz dos Angolares e espalhados na costa até Neves, no noroeste da ilha.

O último capitão dos Angolares, Simão Andreza, morreu no início deste século sem deixar descendentes. Da ocupação do seu território resultou a dissolução da organização social, uma maior dispersão pela ilha e um processo de aculturação à cultura dominante dos forros. Por sua vez, os forros do nordeste aprenderam a arte de pesca dos Angolares (Tenreiro 1961: 137). Não obstante, a assimilação com os outros crioulos, os Angolares conseguiram preservar a sua própria língua e outras particularidades, como as suas habitações e as suas aldeias compactas, sendo um grupo distinto com a sua própria identidade sócio-cultural (Ceita 1991: 1).

O censo de 1950 indicava a existência de 4.490 Angolares (Almeida 1956a: 11). Actualmente são cerca de dez mil Angolares vivendo nas zonas do litoral sul, desde a Ribeira Afonso até Porto Alegre no distrito de Caué, e no litoral noroeste, desde Neves até Bindá no distrito de Lembá. Além disso existem pequenos grupos perto da cidade de São Tomé em São João da Vargem, Pantufo e Praia Melo (Ceita 1991: 23). Todas as suas aldeias têm um chefe que se considera descendente dos fundadores da povoação (Ceita 1991: 26).

Os Angolares sempre trabalharam principalmente na pesca com canoas escavadas em troncos de grandes árvores (ocá). As canoas são conduzidas por meio de remos ajudados por pequenas velas quadrangulares. Hoje, em geral, uma canoa não leva mais de três pessoas. Na época de abundância do peixe voador, desde os finais de Maio até ao início de Setembro, muitos pescadores migram temporariamente do sul para o litoral norte construindo as suas povoações temporárias denominadas “chadas” com palhotas simples e improvisadas (Ceita 1991: 30). Cabe as mulheres vender o peixe nos mercados. São também elas que praticam modestamente culturas alimentares em pequenos cercados entre as suas casas.

O NAUFRÁGIO

A fonte mais antiga sobre o naufrágio é de Lucas Pereira de Araújo e Azevedo, ouvidor-geral em São Tomé de 1712 a 1716, que escreveu nas suas Memórias que no interior da ilha “deserto de moradores, somente habitam alguns negros gentios que antigamente faziam muito dano às roças dando-lhes de noite assaltos, para roubarem e levarem mulheres, que é o mais de que necessitam, porém, hoje já não fazem mal algum...” acrescentando que “de que há tradição são estes procedidos de um navio que antigamente dera à costa naqueles praias (Araújo e Azevedo 1978: 7-8).

Por volta de 1734 escreveu o Padre Manuel Rosário Pinto (ca. 1666-1734), um nativo de São Tomé, na sua crónica de São Tomé: “Dando à costa num navio de Angola, carregados de escravos em uma praia desta Ilha a Sudueste, escapou a maior parte dos escravos, e fizeram sua aldeia em Pico, e foram multiplicando de tal sorte, que sem receio com armas de frechas destruíram muitos engenhos, e no mesmo ano do falecimento do Bispo Dom Gaspar Cao (1574), vieram com resolução de tomar a cidade, tendo o capitão da ilha aviso mandou soldados: estiveram com arcabuzes desbaratando-os os soldados e apelidando a victoria desanimaram os negros Angola de Pico, com alguma gente morta viraram-lhe as costas (Ambrósio 1970: 37).

Num documento de 1770 intitulado “Relação da ilha de S. Thomé e de todas as prayas e portos à roda della” diz o seu autor: “... antes de chagar a Ponta Azeitona (vindo do Ilhéu Macaco) está huma ensiada aonde os negros brabos, que chamam angolans vem fazer sal;” (reproduzido em Neves 1989: 287). No mesmo ano de 1770 relata o mestre escola de S. Tomé, Manuel de Deus Penaforte e Oliveira que “também na dita ilha se acham bastantes negros Angolis ainda infiéis, e gentios, que vivem em a mesma absolutos.” (Neves 1989: 293). Em 1789 escreve o capitão-mor João Baptista e Silva numa carta: “Nas montanhas desta ilha, se acham habitando um número de escravos que foram de um navio saído de Angola que nesta ilha dera a Costa, nos primeiros anos fizeram os seus furtos nas fazendas roubando não só frutos, como mulheres escravas, chegando a propagação a tantos, que se acham divididos em três povoações, com a necessária cultura para o sustento, e gado por terem levado das fazendas e plantado; havendo nelas uma moléstia que muitos moeram, vieram alguns

a falar com escravos das fazendas mais próximas contando o sucedido, deixaram oferecer sujeição à cidade não lhe fazendo mal, nem os tomarem por cativos como no princípio lhe faziam estes moradores matando-os, ou cativando; fiz vir dois a minha presença, e por um que os disseram se queriam oferecer, e mudaram-se por se sítio doentio, e baptizarem-se, pedindo que o governo ensinando-os, mandei o Bispo para os ouvir, alguns se acham já baptizados: e sem determinação de V.Ex.a nada se pode executar.” O capitão-mor propôs o Secretário de Estado domiciliar estes negros num terreno, próximo da Freguesia da Trindade, próprio para a cultura da canela, pimenta e do café, e ensinar os seus filhos.(Neves 1989: 401-402; 408)

Foi Cunha Matos quem divulgou a primeira informação publicada sobre os Angolares em 1842 (1815) no seu livro “Corographia Histórica das Ilhas de S.Thomé, Príncipe, Anno Bom e Fernando Pó” dizendo sem citar a sua fonte: “Não se sabe com individuação em que ano deu à costa o navio que nos fez presente dos Angolares: dádiva daquele tempo desagradecida, e agora muito estimada. É de presumir, que foi pelos annos de 1540 até 1550, visto que os filhos dos primeiros vindos acompanharam seus pais no ataque e roubo de muitos engenhos, no ano de 1574.”

No seu livro “Compêndio Histórico das Possessões de Portugal na África” Cunha Mattos (1963: 104) revela que se trata duma lenda: “Diz-se que então naufragara nas costas do sul da ilha um navio que vinha de Angola carregado de escravos: estes foram os ascendentes do povo a que hoje se do nome de Angolares.” Ele é o primeiro que utiliza a designação Angolares deduzindo a data do naufrágio do seu primeiro aparecimento em 1574. Desde então a maioria dos autores seguiu esta afirmação do naufrágio, sem que houvesse uma prova da lenda.

Em 1844 Lopes de Lima acrescentou o lugar exacto do acidente informando que “se salvaram a nado de um navio negreiro que naufragara junto à costa oriental, nos ilhéus de Sete Pedras, por volta de 1544” (citado por Tenreiro 1961: 72).

Em 1882 apareceu pela primeira vez o número dos sobreviventes. Naquele ano o governador do Banco Ultramarino em São Tomé, disse no seu relatório: “Entregues a si mesmos desde que, naufragando nos rochedos chamados das sete pedras, em um navio vindo de Angola em 1540, (os Angolares) ganharam a costa e se refugiram nas mattas; selvagens então, como deviam ser, acabando de sair dos sertes africanos, ...O seu número, inferior a 200 por meados do século XVI, quando aqui chegaram, eleva-se hoje a cerca de 2.000” (Nogueira 1893: 36).

Em 1895 Almada Negreiros afirmou que “os caracteres anatómicos e fisiológicos dos Angolares denunciavam um tipo antropológico inferior e próprio dos povos do interior da África, com extraordinário comprimento dos braços, considerando-os por isso bem diferentes dos restantes grupos étnicos representados em São Tomé” (citado por Almeida 1962: 8).

O facto que, consoante a narrativa, a presença dos náufragos foi desconhecida no seio dos moradores da ilha durante trinta anos, explicou-se pelo seu refúgio no meio da densa floresta no sul da ilha devido ao seu número reduzido e o receio de serem descobertos (Tenreiro 1961: 73; Gonçalves 1973: 78).

Quanto à sua língua, constatou-se que tinham mantido a língua *n'bundo* trazida de Angola, pois “os números dos Angolares geralmente concordam inteiramente com aqueles desta língua” (Greef 1882).

Em 1950 e 1954 a Missão Antropobiológica de Angola e a Brigada de Etnosociologia respectivamente, ambas chefiadas por António de Almeida tentaram verificar a suposta origem dos Angolares na base da antrobiologia que estava na moda naquela altura.

O apologista desta ciência de raças era o Prof. Doutor António Mendes Corrêa do Porto, nos anos 1950 o presidente da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar. Segundo Mendes Corrêa o papel das Missões Antropológicas é a “averiguação das características bioétnicas da população bem como das suas capacidades de colaboração com o regime e utilização económica”. (Mendes Corrêa, *Separata do Jornal do Médico*, 1945, citado por Ceita 1991: 11).

Almeida afirmou que “o dialecto privativo dos Angolares é o quimbundo”. Depois de terem avaliados alguns elementos merísticos (a estatura e os índices cefálico, nasal e de Pignet) obtidos sobre uma prova de cem Angolares, os investigadores chegaram à conclusão que se assemelhavam aos Mussurongos, um povo que fala quicongo vivendo na margem esquerda do rio Zaire, outrora parte do reino do Congo (Almeida 1962: 17). Almeida era de opinião que a etnologia e a linguística no podiam contribuir suficientemente para o problema da origem dos Angolares. Ele esteve convencido que apenas o estudo estatístico das várias dezenas de caracteres morfológicos da série dos cem Angolares permitiria confirmar metricamente a sua hipótese, segundo a qual o idioma dos mussurongos naufragados no século XVI foi posteriormente suplantado pela língua da tribo dos Angolas do interior de Luanda (Almeida 1962: 17).

A investigadora Leopoldina Ferreira Paulo concluiu em 1959 que “em relação aos indígenas de Angola, os Angolares aproximam-se, pelas suas estaturas, dos povos do interior de Angola, como sejam os Biessos e os Bailundos... as características observadas levam a verificar maiores afinidades dos Angolares com os Angolanos do que com os indígenas da Guiné” (citado por Castelo-Branco 1971).

Também Francisco Tenreiro aceita a hipótese do naufrágio na sua monografia “A Ilha de São Tomé”. Baseando-se em Lopes de Lima, Tenreiro (1961: 70) escreve que “ao que parece,... eram negros que se salvaram a nado de um navio negreiro que naufragara junto à costa oriental, nos ilhéus de Sete Pedras, por volta de 1544, e que trinta anos mais tarde caíram sobre a cidade e os seus engenhos do nordeste, que pilharam. Tenreiro (1961: 120; 134) sugere que antes da ocupação do seu território os Angolares teriam sido meros recolectores na floresta que só depois teriam criado núcleos de pescadores perto das praias tornando-se condutores das canoas.

Ponderando as contribuições de todos estes autores, em 1971 Castelo-Branco chega à conclusão que “se pode dizer que as investigações antropológicas, etnológicas e filológicas não desmentem a versão tradicional sobre a origem dos Angolares e até a confirmam de certo modo. A divergência apontada obriga-nos porém a encarar com reservas e cautela essas comprovações (Castelo-Branco 1971: 158). Todavia, a maioria dos autores continua a transmitir a história do naufrágio sem qualquer ponto de interrogação aceitando a narrativa tradicional da origem dos Angolares.

No seu livro “A Economia de S.Tomé e Príncipe”, publicado pela Cooperação Portuguesa em 1993, Jorge Eduardo da Costa Oliveira (120) asseverou: “Os angolares são, como se sabe, os descendentes de um grupo de náufragos arribados a S.Tomé no século XVI.”

No seu trabalho “São Tomé e Príncipe. Elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades” publicado pelo ISCSP da Universidade Técnica de Lisboa em 1997, Heitor Romana diz um pouco mais cautelosamente sobre os Angolares: “Pouco se conhece à sua origem, sabendo-se apenas que um navio carregado de escravos oriundos de Angola com rota para o Brasil teria naufragado em Sete Pedras.” Mas também ele não considera qualquer outra hipótese da sua origem, embora já fossem debatidos desde muitos anos. Também recentes documentários da televisão portuguesa sobre São Tomé, como “A

Gente Remota” (1994) e “Fragmentos de um País” por Paulo Costa (1995) repetem a lenda do naufrágio, como se fosse um facto histórico incontestável e incontestado.

A PRIORIDADE AFRICANA

A segunda hipótese liga-se à polémica, se a ilha de São Tomé já era desabitada na altura da chegada dos primeiros portugueses por volta de 1471. Em 1975, o autor anónimo do “Esboço Histórico das Ilhas de S.Tomé e Príncipe”, que deve ser o historiador e político são-tomense Carlos Neves, rejeitou a tese do naufrágio afirmando a presença dos Angolares antes da chegada dos portugueses. O autor conclui: “Na minha opinião, os Angolares são uma ramificação dos Bantos, que provavelmente se teria fixado nas regiões do Gabo e do Rio Muni e que posteriormente se tivessem deslocado para algumas das Ilhas do Golfo da Guiné” (Esboço 1975: 23). Também aponta que os próprios Angolares nas suas lendas não se referem a nenhum naufrágio dos seus antepassados. Pergunta-se: “Admitindo que (os Bantos) tenham navegado até Fernão Pó, porque não teriam avançado um pouco mais, até S.Tomé?” Este autor é o primeiro que levanta a questão de como os náufragos podiam vencer a distância entre o rochedo de Sete Pedras e a costa, concluindo que “teriam que ser indivíduos habituados ao mar ou a grandes rios, pois para se salvarem, era indispensável que soubessem nadar...” (Esboço 19975: 22). Dez anos mais tarde um manuscrito com o título “A História da República Democrática de São Tomé e Príncipe”, elaborado em conjunto por um grupo de são-tomenses proeminentes e uma equipa russa, que não chegou a ser publicado, confirma a teoria apresentado no Esboço Histórico. Este manuscrito diz: “O território e a população pequenos das ilhas fizeram com que os autóctones fossem liquidados, dispersos ou expulsos pelos invasores para as regiões não exploradas, no primeiro período, pelos europeus. Os colonialistas queriam apagar a memória dos primeiros habitantes das ilhas e declararam-nas desertas. Mas em breve os portugueses teriam de convencer-se da presença das pessoas que apareceram em S.Tomé independentemente deles e sentir por experiência própria a sua cólera e a intransigência para com a subjugação. Então estas pessoas foram declaradas descendentes dos escravos que se encontravam no navio naufragado junto às costas de S.Tomé nos anos 40 do século XVI, e receberam o nome de “angolares” (História da RDSTP 1985: 274).

Nos anos oitenta o jornalista português Jorge Trábulo Marquês foi de canoa de Tomé para o Príncipe e para a Nigéria a fim de provar que os antepassados dos Angolares podiam ter chegado ao sul de S.Tomé através do mar nas suas próprias embarcações.

DESCENDENTES DE CIMARRONES

A terceira hipótese baseia-se em dados linguísticos e históricos. Baseando-se numa breve investigação da língua dos Angolares, o linguista Luís Ferraz, que visitou São Tomé nos fins de 1969 foi o primeiro que colocou a hipótese que são descendentes de escravos fugidos (Ferraz 1974: 180). Ferraz descobriu logo que não falam uma língua bantu, mas um crioulo com uma relação distante com a língua santomé. Levanta a questão de como os Angolares podem falar um crioulo baseado no português, embora vivessem em isolamento completo do resto da população durante tanto tempo. Ele não acredita que os Angolares receberam a língua crioula pelas mulheres roubadas, mas supôs que escravos refugiados foram expostos às fases formativas da língua santomense. Subsequentemente o isolamento dos Angolares

resultou no desenvolvimento de um crioulo diferente. Todos os escravos fugidos devem já ter tido algum conhecimento da língua santomense, pois a língua santomé partilha 67 por cento do seu léxico com a longa ngolá, o crioulo dos Anolares (Ferraz 1979: 9).

Segundo uma outra investigação linguística do léxico da longa ngolá, 65 por cento são de origem portuguesa, um por cento é de origem kwa, 14 por cento são de origem bantu, enquanto a origem dos outros vinte por cento é ainda desconhecida (Maurer 1992: 163).

Recentemente o linguista Lorenzino (1998: 69) sugeriu que a longa ngolá pode ser entendida como o resultado linguístico da necessidade dos escravos fugidos de desenvolver um comportamento comunicativo mantendo a integridade do grupo a fim de dar valor simbólico e psicológico à comunidade Angolare, ao mesmo tempo, fazendo a sua língua incompreensível para estranhos. Nesta lógica o desenvolvimento duma tal língua secreta tornava-se vantajoso para a sobrevivência dos Angolares, cuja existência era constantemente ameaçada pela sociedade colonial.

Quanto aos escravos fugidos, podemos confirmar que já em 1499 o terceiro donatário de São Tomé e o chefe da sua primeira colonização Alvaro de Caminha fala no seu testamento várias vezes de escravos fugidos ao mato e ao mar com barcos (Albuquerque 1989); isso quer dizer que, a partir do início da colonização, a fuga dos escravos negros para o mato se tornou muito frequente. Ao contrário dos europeus, os africanos sabiam adaptar-se, conseguindo sobreviver na floresta da ilha. A floresta densa e impermeável cobrindo dois terços da ilha de São Tomé na época de cana-de-açúcar, constituía um refúgio ideal para escravos fugidos. Desta floresta saíram os negros fugidos das fazendas, organizados em quadrilhas, cada uma liderada por um chefe, a assaltar e saquear os engenhos de açúcar criando uma ameaça constante para as fazendas e a povoação.

Entre 1514 e 1527 conseguiram escapar 684 (4.8%) dos 13.548 escravos chegados a São Tomé (Santos 1996: 78). No ano de 1529, o feitor João Lobata relatou que os escravos fugiram para o mato devido à falta das culturas de mantimentos nos canaviais (Ramos 1986: 35). No ano seguinte fugiram ao feitor do rei 230 peças de escravos para o interior (Santos 1996: 77). A partir de 1530 surgiu a chamada guerra do mato quando os governadores e fazendeiros começaram a perseguir e atacar os negros do mato com tropas armadas para destruir as suas bases e para os captar. Em 1531, os escravos fugidos venceram a expedição que os moradores tinham mandado contra eles. No ano seguinte as fazendas situadas próximas da floresta estavam abandonadas pelo medo dos assaltos vindos do interior da ilha. Cada vez fugiram mais escravos das fazendas para a floresta. Em 1535 a situação tinha-se agravado de tal modo que os moradores ficaram tão perturbados, que esperavam a cada momento um grande ataque contra a Povoação. Chamaram a ajuda militar de Lisboa que no ano seguinte mandou à ilha um contingente de homens armados para participar na guerra do mato. De uma destas expedições, em 1547, um fazendeiro com os seus escravos armados capturou quarenta negros incluindo mulheres e crianças (Ramos 1986: 34). Subsequentemente a guerra do mato continuou até ao século XVII adiante, enquanto a fuga dos escravos nunca acabou. Os holandeses que ocuparam São Tomé de 1641 a 1648 relataram que então os fazendeiros portugueses tinham uma preferência pelos escravos de Adra (Daomé) sobre os do Rio Calabar, pois estes muitas vezes fugiam no mato ou com canoas ao mar (Ratelband 1953: 112).

Enquanto inúmeros documentos do século XVI mencionam a fuga dos escravos e os negros do mato, não existe uma única referência ao suposto naufrágio. Caldeira (1997: 95) explica a designação Angolas ou Angolis aplicada aos negros autolibertados do mato com o facto de que no século XVI os escravos eram provenientes de Angola ou do Congo, enquanto posteriormente a maioria dos escravos eram escravos Minas, trazido da Costa da Mina, que se tinha transformado de uma zona compradora de escravos num mercado abastecedor de escravos. Então no século XVIII distinguia-se os escravos Minas dos Angolas ou Angolis, que se tornaram Angolares no século seguinte quando se formou a lenda do naufrágio.

CONCLUSÕES

Quanto à primeira hipótese do naufrágio, mesmo se este tivesse ocorrido, os seus sobreviventes não constituiriam a base demográfica dos Angolares, mas somente se juntariam a um núcleo existente de escravos fugidos. Tendo em conta as correntes marítimas na zona do rochedo das Sete Pedras e a distância de cerca de quatro quilómetros que a dividam da costa, parece-nos muito pouco provável que os naufragos atingissem a praia a nado, mesmo quando se supõe que soubessem nadar. Quanto às características físicas dos Angolares, é de estranhar os adeptos do Prof. Mendes Corrêa não as associarem com a sua ocupação profissional.

A afirmação de Tenreiro que os Angolares teriam alterado profundamente a sua vida económica depois de 1878, abandonando a recolção para se dedicar à pesca, contraria quer um mapa holandês dos meados do século XVII, indicando várias aldeias de pescadores no sul da ilha, quer o relato de d'Araújo e Azevedo do início do século XVIII, que diz: "Sustenta-se este gentio... de pescarias que fazem nas praias de Aloeste".

Parece-nos que a hipótese da prioridade africana é mais influenciada pelo nacionalismo santomense do que por evidência científica. Esta hipótese fez parte da constituição da identidade nacional como Estado-Nação africano que teria a sua origem num passado pré-colonial remoto construído. O objectivo foi equiparar a própria história com a do continente africano. Mas supõe-se que na altura da primeira chegada dos portugueses no Golfo da Guiné apenas a ilha de Fernando Pó (Bioko), que é distante apenas 32 km da costa dos Camarões e visível do continente, tinha uma população africana existente, os Bubi. Esta ilha esteve ligada por terra ao continente no passado recente numa altura em que o nível do mar era baixo, enquanto as outras três ilhas do Golfo da Guiné certamente nunca estiveram ligadas por terra ao continente africano (Jones et al. 1991: 5). Thornton (1992: 21) explica que embora os africanos tivessem construído barcos próprios para a navegação costal e fluvial, não tinham conseguido superar os problemas da navegação oceânica de longa distância.

Por esta razão, também Cabo Verde, as ilhas do Oceano Índico, nomeadamente Seychelles, Reunião e Maurícias eram todas inabitadas quando os primeiros europeus chegaram. As Comores foram povoadas primeiro por gente melano-polinésia vindo lá no século VI.

Neste contexto parece-nos pouco provável que africanos tenham povoado São Tomé antes da sua descoberta pelos portugueses. Também as características da fauna de São Tomé, como a ausência de carnívoros e mamíferos maiores antes da chegada dos portugueses, refutam a suposta presença humana existente. Se a chegada dos Angolares se antecipou à dos portugueses, como é possível que a sua língua materna contenha tantos elementos do português? Portanto, a hipótese que os Angolares são descendentes dos primeiros habitantes da ilha é principalmente alimentada por

motivos políticos que têm a sua origem na antiga disputa de primazia entre forros e europeus durante a segunda colonização da ilha no século XIX, cujas raízes partem do século XVI. Que o debate sobre o povoamento de São Tomé já existia muito antes da independência do país, ilustra a declaração dum funcionário português do Banco Nacional Ultramarino em São Tomé, feita no âmbito dum auto de corpo de delito em Lisboa em 1956 sobre o Massacre de Fevereiro de 1953 m São Tomé. Na sua interrogação pelo Ministério do Exército em 11 de Junho de 1956 o funcionário relatou:

“Que em princípios do ano de 1952, foi transferido da Província de Moçambique para a de São Tomé e Príncipe. Decorridos talvez quatro meses de estadia em São Tomé teve uma discussão com um nativo de nome Elvino Paquete, comerciante, acerca da origem da população nativa de São Tomé, ao que ele, Paquete, disse que os brancos eram uns intrusos em África e que tempo viria em que a África seria para os africanos e a Europa para os europeus. O depoente fez-lhe ver que, quando os primeiros portugueses chegaram a São Tomé, a ilha era desabitada segundo diz a nossa história. Respondeu o Paquete, em modos depreciativos, quanto à veracidade da história de Portugal dizendo que ela nesse ponto estava errada pois os brancos é que a fizeram. Em face desta resposta o depoente quis saber até onde ia a sua desconfiança com os brancos e perguntou-lhe se ele também não acreditava nas afirmações feitas por Sua Ex.^a o Dr. Oliveira Salazar, ao que ele, Paquete, prontamente respondeu: ‘Ora o Salazar é branco como os que fizeram a história’. O depoente chamou o gerente do Banco, Jorge Pancada da Silveira, na intenção de mandar prender o nativo, Paquete, mas as coisas sossegaram e ele retirou-se.” (Ministério de Exército, 25 de Outubro de 1956, fls.230)

Perante a fuga frequente dos escravos durante a época do açúcar em São Tomé, é de estranhar muito que nem os defensores da lenda do naufrágio nem os da hipótese de uma prioridade africana, jamais tenham levantado a questão do que aconteceu com tantos escravos refugiados para o mato. Não a levantaram, embora seja conhecido que houve escravos fugidos constituindo os seus quilombos nas Antilhas, no Brasil, no Suriname e em todas as sociedades onde houve escravidão.

Os portugueses do século XIX forjaram a lenda do naufrágio para justificar a presença de negros fora do seu controle na ilha, negando a fuga conseguida pelos escravos numa altura em que a fuga dos escravos e subsequentemente dos chamados serviçais já era uma ameaça quotidiana para as novas roças de café e cacau.

Os defensores da tese da prioridade africana em São Tomé, na sua maioria santomenses, saindo dum hierarquia social colonial em que a data da chegada à ilha determinou o estatuto do grupo, pretenderam refutar a prioridade portuguesa manifestando o direito dos africanos à independência e soberania da ilha. Líderes históricos de revoltas contra a supremacia portuguesa como Yon Gato (1553) e Rei Amador (1595) tornaram-se heróis nacionais após a independência, pois se inseriram bem numa imagem da luta armada contra os colonialistas. Em comparação com estes, escravos fugidos mantendo uma vida menos desenvolvida no mato não mereciam tanta atenção pelos novos donos da ilha.

BIBLIOGRAFIA

- Albuquerque, Luís de. 1989, A Ilha de São Tomé nos Séculos XV e XVI, Biblioteca da Expansão Portuguesa, Publicações Alfa, Lisboa.

- Almeida, António de; 1956a, Contribuição para o Estudo da Antropologia Física dos “Angolares”, Actas da Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais, 6ª sessão, vol. V, Lisboa.
- Almeida, António de. 1956b, Contribuição para o Estudo da Etnologia dos “Angolares”, Actas da Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais, 6ª sessão, vol. V, Lisboa.
- Almeida, António de. 1962, Da origem dos Angolares habitantes da Ilha de S.Tomé, Separata das “Memórias”, Academia das Ciências de Lisboa.
- Araújo e Azevedo, Lucas Pereira de. 1978, Memórias da Ilha de Sam Thomé, Museu Nacional de São Tomé e Príncipe.
- Caldeira, Arlindo Manuel. 1997, Mulheres, Sexualidade e Casamento no Arquipélago de S.Tomé e Príncipe (Séculos XV a XVIII), Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa.
- Castelo-Branco, Fernando. 1971, Subsídios para o estudo dos “angolares” de S.Tomé, Studia 33: 149-159.
- Ceita, Maria Nazaré. 1991, Ensaio para uma Reconstrução Histórico-Antropológica dos Angolares de S.Tomé, Trabalho final do curso de pós-graduação em Desenvolvimento Social e Económico em África, CEA/ISCTE.
- Costa, Fernando Ferreira da. 1982, Um reino de escravos na linha do Equador, História 50: 66-78.
- Cunha Matos, Raimundo . 1842, Corographia Histórica das Ilhas de S.Thomé, Príncipe, Anno Bom e Fernando Pó, Lisboa.
- Dias, Alfredo Gomes e Diniz, Augusto do Nascimento. 1988, Os Angolares: da autonomia à inserção na sociedade colonial (segunda metade do século XIX), Ler História 13: 53-75.
- Engler, Erhard. 1996, Besiedlung und nationales Selbstverständnis in São Tomé e Príncipe, ABP. Zeitschrift zur portugiesischsprachigen Welt. Beiträge zum symposium “São Tomé und Príncipe”, 7.4.1995 in der Universität zu Köln, 1: 17-23.
- Esboço Histórico das Ilhas de S.Tomé e Príncipe, 1975, S.Tomé.
- Ferraz, L. 1974, A Linguistic Appraisal of Angolar, In Memoriam António Jorge Dias II, Instituto de Alta cultura, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Lisboa.
- Ferraz, Luiz Ivens. 1987, The Liquid in the Gulf of Guinea Creoles, African Studies (Johanesburgo) (46)2: 287-295.
- Gonçalves, Manuel Joaquim Sobral. 1973, Angolares, Geographica. Revista da sociedade de Geografia de Lisboa, Ano IX, no. 34: 77-94.
- Greef, Richard. 1882, Die Angolares-Neger der Insel So Thomé, Globus. Illustrierte Zeitschrift für Länder- und Völkerkunde, vol. XLII, no. 24, Braunschweig.
- Janz, G.Jorge e Garcia, Luiz N., 1956, Resultados de um Inquérito sobre o Estado de Saúde e de Nutrição dos “Angolares” da Ilha de São Tomé, Actas da Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais, 6ª sessão, vol. V, Lisboa.
- Jones, P.J.; Burlison, J.P. e Tye A. 1991, Conservação dos ecossistemas florestais na República Democrática de São Tomé e Príncipe, UICN, Gland (Suíça).

- Lorenzino, Gerardo A. 1998, The Angolar Creole Portuguese of São Tomé: Its Grammar and Sociolinguistic History, tese de doutoramento inédita, The City University of New York.
- Maurer, Philippe. 1992, Liapport lexical bantou en angolar, Afrikanische Arbeitspapiere (AAP) 29: 163-174.
- Negreiros, Almada. 1895, História Ethnographica da Ilha de S.Thomé, Lisboa
- Neves, Carlos Agostinho das. 1989, S.Tomé e Príncipe Na Segunda Metade do Séc. XVIII, Região Autónoma da Madeira, Funchal.
- Nogueira, A.F. 1893, A Ilha de S.Tomé. A Questão Bancária no Ultramar e o Nosso Problema Colonial, Lisboa.
- Ramos, Rui. 1986, Rebelião e sociedade colonial: “alvoroços” e “levantamentos” em São Tomé (1545-1555), Revista Internacional de Estudos Africanos 4/5: 17-74.
- Ratelband, Klaas. 1953, Vijf Dagregisters van het Kasteel So Jorge da Mina (Elmina) aan de Goudkust (1645-1647), Haia.
- Santos, Catarina Madeira. 1996, A formação das estruturas fundiárias e a territorialização das tensões sociais: São Tomé, primeira metade do século XVI, Studia 54/55: 51-91.
- Tenreiro, Francisco. 1961, A Ilha de São Tomé, Memórias da Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa.
- Thornton, John. 1992, Africa and Africans in the Making of the Atlantic World, 1400-1680, Cambridge University Press.

* Comunicação no **Seminário CEsa 1998: A Problemática do Desenvolvimento - Historicidade e Contributos Actuais numa Óptica Transdisciplinar**, Conferência “A Questão da Origem dos Angolares em S.Tomé”, 19 de Maio de 1998.